

LITERATURA DE JORNAL: NOS ENTREMEIOS DO DISPOSITIVO DE LEGIBILIDADE

RICK AFONSO-ROCHA (DOUTORANDO)
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Ilhéus, Bahia, Brasil
(rarocho@uesc.br)

RESUMO: Busco responder às seguintes questões: qual o caráter dos textos publicados nas colunas literárias dos jornais? São “efetivamente” textos literários? São “subliteraturas”? Ou seriam apenas uma forma de “incentivar” a leitura? Há diferenças entre os textos escritos para serem publicados nessas colunas literárias e os textos originalmente publicados em outro suporte material e selecionados posteriormente para uma dessas colunas? Ao discutir sobre as particularidades desses textos, entendo que o suporte material não pode ser desprezado, uma vez que integra sua dinâmica e flutuante rede de significação. O cheiro do jornal, suas páginas diagramadas em colunas, os títulos com destaques em tamanhos variados, tudo produz sentidos. Busco, assim, evidenciar que há, pelo menos, duas particularidades essenciais nessa confluência discursiva – a saber: cotidianidade e efemeridade – de modo a problematizar a (auto)referencialidade dos textos literários publicados em jornais. Num segundo momento, apresento o conceito de dispositivo de legibilidade como a rede que se forma entre o dito, não-dito, visível e não-visível em uma dada formação histórica, estabelecendo um campo de inteligibilidade. Jogo de luz e escuridão que possibilita a concretização de determinados sentidos, ao passo que impossibilita sentidos outros. É por meio desse dispositivo que conseguimos ler, ou melhor, reconhecer, por exemplo, um texto como literário, enquanto a outros essa literariedade é negada.

Palavras-chave: Literatura de jornal. Dispositivo de legibilidade. Leitura. Recepção.

Artigo recebido em: 10 jan. 2021.
Aceito em: 22 fev. 2021.

NEWSPAPER LITERATURE: IN BETWEEN THE LEGIBILITY DEVICE

ABSTRACT: What is the character of texts published in literary columns of newspapers? Are they "effectively" literary texts? Are they "subliteratures"? Or are they just a way to encourage reading? Are there any differences between texts written to be published in these literary columns and texts originally published in other material support later selected for one of these literary columns? When discussing the particularities of these texts, I understand that the material support cannot be neglected, since it integrates its dynamic and fluctuating network of meaning. The scent of the newspaper, its pages diagrammed in columns, the headlines in different sizes, everything produces meaning. Thus, I try to show that there are at least two essential particularities in this discursive confluence – namely: daily life and ephemerality –, to problematize the (self)referentiality of literary texts published in newspapers. In a second moment, I present the notion of a legibility device as a network built by the spoken, the unspoken, the visible and the non-visible in a given historical formation, establishing a field of intelligibility. A game of light and darkness that enables the realization of certain senses, while preventing the apprehension of others. It is through this device that we can read, or rather, recognize, for example, a text as literary, while to others this literariness is denied.

Keywords: Newspaper literature. Readability device. Reading. Reception.

INTRODUÇÃO¹

Neste trabalho, busco refletir sobre as singularidades dos textos publicados em colunas literárias de jornais. Inicialmente, sustento que, como parte do periódico, os "textos literários" ali publicados *respondem* a uma política editorial demarcada, de modo que não se deve pospor essa pretensa unidade editorial e seus efeitos na produção de significados. Portanto, postulo pela impossibilidade da desconsideração do veículo material no qual a literatura fora publicada. Pelo contrário, compreendo-a como parte integrante do jornal "[...] e

¹ Pesquisa financiada pela *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia* (FAPESB).

não algo posto ali apenas para deleite ou ocupação de espaço ocioso, ou seja, a literatura nos diários está incorporada à identidade jornalística” (PINHO, 2008, p. 15).

Por conta disso, entendo que a função-autor (FOUCAULT, 2014) se articula e se projeta em torno do corpo editorial, para além, é claro, do autor empírico do texto. Essa transmutação – do autor ao corpo editorial – enleva-se tanto pelo enclausuramento do sentido autoral quanto por uma interpretação prévia editorial: “Mesmo retirados de contextos diferentes, os escritos literários – poemas, folhetins, contos, crônicas etc. – estão articulados a demandas programadas pelos jornalistas políticos. Trata-se de uma literatura empenhada” (PINHO, 2008, p. 121).

Se a literatura publicada em outros veículos, como o livro, convive com a pretensa autoridade do autor, a literatura de jornal também se confrontará com a autoridade e unidade editoriais. Afinal, a “escolha” de determinado texto para integrar um número específico de um periódico responde a uma política editorial de seleção e exclusão.

A leitura dessa literatura está, a todo instante, penso eu, em confronto de significação com as leituras das demais colunas jornalísticas. No estudo desses textos, o pesquisador deve, portanto, ficar atento para a tentativa de sedimentação de determinados sentidos ou de um sentido mais autorizado por, supostamente, guardar unidade com as demais seções do jornal.

É preciso destacar, contudo, que a autoridade do autor e do editor não recairá sobre os sujeitos empíricos que, conscientemente, determinariam quais sentidos desejam produzir a partir de determinados textos. Tais autoridades são aqui tomadas como funções do discurso (FOUCAULT, 2014) implicadas com suas condições de produção.

Faz-se, assim, essencial entender as particularidades dessas literaturas publicadas em jornais, cuja materialidade não pode ser desprezada, uma vez que integra a produção do seu campo de significação. Pensemos em um texto originalmente publicado numa coletânea e depois publicado na coluna literária de um jornal. Evidentemente, é o mesmo texto, mas sua rede de significação mudou drasticamente com a nova materialidade. Sentidos outros serão produzidos. Há uma quebra na organicidade da publicação. Agora, o texto faz parte de uma pretensa, e desde já frustrada, unidade editorial. Sentidos outros se impõem. São textos iguais e diferentes, ao mesmo tempo.

Com isso, busco perceber as literaturas de jornal em seu corpo-a-corpo com o dispositivo de legibilidade. A respeito do conceito de dispositivo de legibilidade como operador de leitura de textos literários publicados em jornais, apresento tal conceito como a rede que se forma entre o dito, não-dito, visível e não-visível em uma dada formação histórica, estabelecendo um campo de

inteligibilidade. Sendo, portanto, através desse que a crítica literária canônica nega a literariedade dos textos publicados nas colunas de jornais. Em verdade, a crítica, bem como a instituição literária produzem, no mais das vezes, efeitos castradores, isto é, de homogeneização da legibilidade.

Contudo, cabe lembrar que há sempre contradição e falhas nos processos de subjetivação, de modo que o sujeito interpelado em leitor é a linha disputada no e pelo dispositivo. Isso significa que o dispositivo carrega aquilo que pode desestruturá-lo, suas linhas de fuga (ou de subjetividade). Sentidos outros que se instauram, fraturando-o. Claro que a literatura de jornal não escapa à lógica dis-positiva; sendo, inclusive, por meio do trabalhar desse funcionamento que tais textos são vistos como subliterários. Entretanto, é por ocupar esse território ctônico, marginalizado, que as literaturas de jornais carrega(ra)m, mais viva, a possibilidade de contestar a sedimentação de sentidos e a preexistência de uma literatura ontologicamente determinada, como se não fosse ela também resultante de um jogo dialético de leitura.

Os jornais aos quais me refiro são aqueles oriundos da imprensa alternativa² entre 1960-1980, principalmente os jornais ligados aos grupos que questionavam a intensificação da moralidade reacionária como política de Estado, a exemplo do *Lampião da Esquina* (1978-1981).³ Por isso, o leitor não deve estranhar quando afirmo que tais textos não gozavam do *status* de literatura entre os críticos literários. Sabemos que a chamada literatura de folhetim foi muito valorizada nos séculos XIX e XX, de modo que nenhum crítico

² “Opto” pela expressão imprensa para designar os jornais LGBT+ em circulação durante a ditadura cis-hétero-militar brasileira por ser a forma como tais periódicos foram socialmente recepcionados e também por ser a forma como eram classificados hegemonicamente pelos seus Conselhos Editoriais. Devo salientar que tal designação é hoje considerada controversa, uma vez que seu significado não é unívoco para abarcar uma variedade de práticas e atividades relacionadas as mídias durante o período ditatorial, podendo referir-se tanto aos canais comunicativos de frações organizadas do proletariado que participaram da luta contra a ditadura, como pode referir-se aos grupos da pequena e média burguesia que fizeram resistência aos militares golpistas. Essa expressão também é utilizada tanto para referir-se aos canais comunicativos que trataram de temas considerados estritamente políticos quanto àqueles que versaram sobre temas ditos morais. Dessa forma, tal expressão não aponta para uma posição político-ideológica homogênea.

³ Com sede no Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo, o *Lampião* foi vendido, nas bancas de jornais, de abril de 1978 até junho de 1981. Teve ao todo 41 edições, sendo que, dentre estas, houve 37 números ordinários, uma edição inaugural (nº 0) e três números extraordinários (edições extras com entrevistas anteriormente publicadas em um dos números ordinários). Editado mensalmente, com tiragem entre 10 e 20 mil exemplares, *Lampião* foi lido, de imediato, como uma afronta direta ao regime cis-hétero-militar. Para uma análise da coluna literária do jornal *Lampião*, ver Afonso-Rocha (2020a; 2020b) e Afonso-Rocha e Mitidieri (2019).

ousaria questionar sua literariedade, bem como é certo que a crítica literária teve seu período de auge entre as páginas de jornais. Não é essa literatura de jornal que abordarei.

É preciso que fique claro que o perfil dos leitores daqueles periódicos não equivale ao perfil dos leitores dos jornais na atualidade, muito menos ao perfil dos leitores dos folhetins. Naquela época, marcada pela inexistência da rede mundial de computadores, na qual a televisão ainda não era uma realidade para a maioria dos brasileiros, com a grande imprensa alinhada ao governo golpista, restavam, ao público em geral, os impressos alternativos (não só aqueles alinhados às questões políticas ordinárias como o *Pasquim*) e a chamada imprensa marrom, os quais ofereciam temas mais conectados à realidade cotidiana. Isso justificaria o número elevado de tiragem desses jornais, bem como seus leitores oriundos das classes trabalhadoras e marginalizadas.

Não podemos deixar de considerar que são textos publicados nas colunas literárias de jornais voltados para um público LGBTQ+ numa época na qual “[...] quem ousava proclamar ‘é maravilhoso ser fresco, trans-viado’ estava sujeito não apenas ao estigma e opróbrio popular, mas corria até o risco de ser processado pela Polícia Federal – como ocorreu com os fundadores do citado jornal gay tupiniquim, O *Lampião*” (MOTT, 2002, s/p.).

Nesse sentido, ao teorizar sobre a potência dessas literaturas, levo em conta que o Brasil vivenciou uma ditadura cis-hétero-militar⁴ entre 1964 e 1988, a qual acirrou a estigmatização das dissidências sexuais e de gênero e intensificou a produção de um “cis-hétero-corpo normal”, período durante o qual se radicalizou a significação dos sujeitos desviantes da normalidade cis-heterossexual como inimigos da nação, com singular tensão entre as tecnologias da carne e do sexo.

QUANDO O CHEIRO DO JORNAL PRODUZ SENTIDOS

Há uma diferença significativa entre os objetos cobertos pelas designações literatura *em* jornal e literatura *de* jornal. Se aquela toma o texto literário como um *em si*, desprezando o suporte material de sua publicação, a última parte do postulado de que a significação dos textos publicados nas colunas literárias dos periódicos constitui uma complexa rede móvel, dinâmica e flutuante, em que a *materialidade jornalística* não pode ser desprezada. Existe, de fato, uma impossibilidade de desprezo. Ainda que o leitor não evidencie o

⁴ Sobre o conceito de ditadura cis-hétero-militar, ver Afonso-Rocha (2020a).

“jornal”, os sentidos produzidos exalam, queira ele ou não, o suporte material da publicação.

Como se sabe, as colunas literárias de jornais não passam, normalmente, em extensão, de uma página do periódico. Dessa forma, tal confluência discursiva não se confunde com a chamada *literatura de folhetim*, que, por ser propagada de forma serial, ocupava uma extensão muito maior nos periódicos, tendo capítulos inteiros publicados de uma só vez.

Os textos literários publicados nos jornais constituem um conjunto complexo de diversos gêneros: contos, crônicas, poemas fragmentos de romance, relatos pessoais, narrativas autobiográficas, cartas etc., de forma que falarei em *literaturas de jornal*, no plural.

As literaturas de jornal possuem identidade visual, material, simbólica e física diferenciada em relação àquelas publicadas em livro, requerendo um enquadramento específico para análise. Observadas de perto, reclamam a articulação com as demais seções do periódico. A seção literária aparece no meio ou no final do jornal, de modo que é de se esperar que o leitor já tenha lido outras seções. É como se as demais colunas fossem proporcionando uma “abertura” para a leitura daquela.

Com efeito, na análise da aludida materialidade são imprescindíveis os elementos externos ao texto e ao que seja estritamente da ordem do literário, exigindo-se, com isso, que aquele seja lido em sua condição de texto híbrido. Ou seja, as literaturas de jornal dependem de um dispositivo de análise que leve em consideração seu caráter eminentemente interdiscursivo. Esse encadeamento de leituras acaba interferindo na produção de sentidos do texto, o qual é, assim, constituído como um discurso sobre o cotidiano.

Outra particularidade, acredito eu, das literaturas de jornal constitui-se exatamente no próprio periódico. Como destacou Roger Chartier (2001), o jornal possui duas características que não podem ser menosprezadas no processo de significação: cotidianidade e efemeridade. Diferente de outras materialidades, o jornal é um entre-lugar discursivo indissociável do cotidiano, do dia a dia. Via de regra, periódicos jornalísticos não tratam sobre acontecimentos temporalmente distantes ou assuntos metafísicos, mas de assuntos relacionados ao tempo presente e às materialidades concretas, vivenciadas pela população em geral.

A segunda característica do jornal é sua efemeridade. Em geral, não se compra um jornal como se compra um livro: para lê-lo inúmeras vezes e guardá-lo. Após a leitura, o jornal tende a ser descartado. Ademais, o jornal é lido em pequenos intervalos de tempo. As literaturas de periódicos respondem às características desse tempo fragmentado. Portanto, são textos curtos, de pouca

extensão, esteticamente atraentes, de modo a manter a atenção necessária em meio ao alarido do cotidiano.

No mais das vezes, são textos lidos no metrô, no ônibus lotado, durante o café da manhã, enquanto esperamos atendimento no banco etc. Esse fato não subtrai a qualidade estética, ética e política desses textos. Ao contrário, é provocada uma ebulição significativa: os sentidos produzidos na leitura reclamam uma cotidianidade subterrânea. São textos para serem lidos nesses intervalos, nesse caos marcado pelas condições materiais dos leitores que não gozam de tempo vago para leitura, ou de espaços “adequados” projetados para esse ato ritualisticamente sacralizado. Caos que interferirá no processo de significação como uma lembrança das condições materiais do leitor, da sua realidade de classe laboriosa. Ao trabalhar com as literaturas de jornal, não podemos deixar de perceber como essas duas características significam no jogo dialógico de leitura.

Por ser um entre-lugar híbrido, diversificado e atrelado ao cotidiano, as literaturas publicadas nesses jornais alternativos das décadas de 1960-1980 tiveram como público-alvo as camadas médias e baixas da população. Sendo parte da cultura popular, seus leitores não são, necessariamente, especializados (leia-se academicizados), mas estão inscritos em um contingente demasiadamente heterogêneo. Por conta disso, essa confluência discursiva híbrida tende a ser vista, pela crítica canônica, como subliteratura, mero deleite, passatempo. Ou, na melhor das hipóteses, uma forma pouco efetiva de incentivo à leitura: o leitor dessa subliteratura poderia, em alguns casos específicos, ser levado a explorar seu desejo “recém-descoberto” de ler, de forma a ser, portanto, direcionado a outros textos (às “literaturas efetivas”). A “quase-literatura” abriria, então, caminho para textos supostos como essencialmente literários, isto é, publicados em livros.

Em oposição a isso, entendo, a partir dos Estudos Culturais, não ser possível hierarquizar os modos de representação, uma vez que o valor estético não é absoluto e não pode ser naturalizado como um universal. Numa perspectiva canônica, literatura é aquela publicada em livros, tendo como característica a perenidade. Sob essa rubrica, escondem-se práticas excludentes e homogeneizadoras. Ao problematizar os modos de produção do discurso literário, seja ele publicado em livro, em sua forma canônica, seja publicado em jornais, esse entre-lugar discursivo acaba desmonumentalizando a própria noção de literatura.

Lembro-lhes que, em um país marcado pela desigualdade socioeconômica como o Brasil, que naquele período vivenciava uma sanguinária ditadura cis-hétero-militar, as literaturas de jornal constituíam (função agora exercida pelo livro didático), em muitos casos, a única forma de acesso direto

ao assim denominado discurso literário. Desconsiderar esse entre-lugar discursivo ou tomá-lo como subliteratura é sucumbir aos efeitos ideológicos do cânone que, além de prescrever o que é literatura, qualificando-a como boa ou má, estabelece a forma pela qual esta deve circular.

Não busco reconstituir a história das práticas leitoras dos jornais, isto é, como que aqueles jornais foram lidos em seu tempo histórico ou quais efeitos de leitura foram produzidos. Contudo, as características supracitadas permitem-me aproximar o discurso literário de suas condições sócio-históricas de produção e circulação. Afinal, um dos atributos anteriormente mencionados é a cotidianidade desse entre-lugar discursivo. Essa singularidade se demonstra central em análises históricas, “[...] pois em que outra região do ser que não na vida cotidiana, dia após dia, poderia refletir-se a historicidade?” (VEYNE, 1998, p. 31).

As literaturas de jornal possibilitam/potencializam maior “[...] proximidade com as modalidades ou versões do real capazes de serem transformadas em temas do literário, ou o que se pode chamar de um sequestro do real para o literário” (PINHO, 2008 p. 114). Tais textos transam com a realidade cotidiana, destacando-se como *locus* específico para análise do imaginário de determinada formação histórica. Deflagradas pela realidade, estão imersas no imaginário social. Nessas literaturas, há um diálogo incessante com seu tempo histórico, sendo, portanto, numerosos os vestígios do haver-sido das coisas nesses textos.

Cabe mencionar ainda que os textos que já se publicaram em outros suportes (a exemplo de livros e coletâneas), ao figurarem no jornal, passam por um processo de produção que, por afetação das políticas editoriais, os colocam numa outra dinâmica de recepção e leitura. Ou seja, as literaturas de jornal são tanto aquelas que se produzem originalmente para os jornais, quanto aquelas que se “escolhem” para compor os periódicos.

Importante pontuar que, embora a ilusão referencial seja uma problemática da representação histórica (CHARTIER, 2011), visto que a literatura se assume como ficção, ou seja, não pretende nada para além da autorreferencialidade, não posso me furtar a uma reflexão sobre as possíveis relações entre discurso literário e mundo, tendo em vista que, como já destacado, as literaturas de jornal transam com a realidade, ejaculando suas condições sócio-históricas de produção e circulação.

Ressalvo que, sem tomar a representação literária como reflexo do mundo, busco problematizar a referencialidade da literatura, assumindo, assim, que, diante da urdidura linguagem-mundo, a rejeição da hipótese referencial não aparece como “opção” válida. Longe, porém, de uma proposta realista ou fincada na tradição mimética, a discussão aqui proposta não é,

portanto, a respeito de como podem as literaturas publicadas em jornais se comprometerem com seu tempo, de maneira a refletir ou dialogar com a história dos acontecimentos.

Distancio-me, dessa forma, da tese de Eurídice Figueiredo (2017), que toma a literatura como arquivo histórico da ditadura cujo compromisso se “expressa” com a reformulação das narrativas históricas sobre o autoritarismo estatal que acometeu o Brasil em 1964. Diferentemente, entendo que as literaturas, dentre tantas, aquelas publicadas em jornais, devido à característica da cotidianidade, podem ser inquiridas em sua relação com a memória, cultura e história daqueles que tradicionalmente estiveram distantes das relações hegemônicas de poder, das vidas destinadas a não deixar vestígios.

Diante disso, tais literaturas, tomadas como discurso, podem funcionar como *locus* irradiador de questionamento do imaginário instituído sobre determinada época nos limites das representações e imagens oficial e oficiosamente produzidas. Não que esse entre-lugar discursivo possa “expressar” a verdade incontestável e objetiva sobre determinado período ou acontecimento histórico. Porém, deve-se levar em consideração que a literatura dita marginalizada, como a publicada em jornais, é, no mais das vezes, utilizada como tática de resistência e contestação pelos subalternizados que são narrados, ou melhor, lançados em jogo narrativo por aqueles que os oprimem.

Com efeito, não me inscrevo na perspectiva que versa sobre a autonomia absoluta da literatura em relação ao mundo. Assumo, ao contrário, a proposta de Antoine Compagnon (1999), segundo quem, ao invés do binarismo reducionista, expresso tanto pela tradição mimética quanto pelo movimento antimimético, há uma saída com a abordagem da mimésis como reconhecimento (*anagnorisis*): “o fato de a literatura falar da literatura não impede que ela fale também do mundo” (COMPAGNON, 1999, p. 126). Disso resulta considerar a literatura como ato de fala socialmente simbólico. Ou seja, para além da dobra da linguagem sobre si, a materialidade imaginária do discurso literário pode fazer existir algo, ela pode participar da criação e significação da realidade.

Aproximo-me, então, do paradigma indiciário formulado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1990), para quem o acontecimento histórico é uma construção interpretativa fundamentada em uma “densa rede de informações” e baseada em indícios do “ter acontecido”, de maneira que o discurso literário de uma época pode comparecer como ponto de clivagem para análise do imaginário social e historicamente marcado. Esse fato é potencializado pelas literaturas de jornal, uma vez que afloram a cotidianidade estruturante do território jornalístico. É por isso, acredito, que Ginzburg (1990) entende *fictio*

como construção interpretativa a partir do real (o autor fala em um princípio de realidade), isto é, com base no que já existe.

É nesse sentido que o discurso literário pode, como efeito de leitura, contestar as representações hegemônicas sobre o passado, mas nunca pode ser lido, penso eu, como uma verdade do acontecido. Tal contestação se funda no postulado desenvolvido pela Escola dos *Annales*, especificamente com a História Cultural, segundo o qual até mesmo o discurso historiográfico deve ser relido como uma narrativa do acontecido. Narrativa essa fundamentada em uma densa rede de informações e indícios. Entre o que aconteceu um dia, num tempo e espaço não mais alcançáveis, e a narrativa, há uma mediação irreversível.

Diferentemente do discurso rasteiro que acusa esse contingente disciplinar de negar a história, em verdade, questiona-se aqui a legitimidade de determinadas historiografias que, por gozarem de uma posição hegemônica nas relações de poder, naturalizam-se a ponto de passarem como se fossem a “História em si”. Como bem destacado pelos historiadores dos *Annales*, há não-factuais imensas desprezadas pela História tradicional, centrada no factual, naquilo que ela mesma constrói como importante: os grandes acontecimentos, as grandes personalidades, as tramas individualizadas da história política. Para aqueles que lhes acusam de relativistas, saibam que nem mesmo o ceticismo helenístico desacreditou dos eventos do cotidiano. A máxima nunca foi “duvide de tudo”, mas “é preciso duvidar de quase tudo”.

A perspectiva tradicional cria e universaliza uma versão oficial do acontecimento às custas do apagamento das diferenças e da heterogeneidade. Perde-se o não-factual: “são os eventos ainda não consagrados como tais: a história das localidades, das mentalidades, da loucura” (VEYNE, 1998, p. 29). Por isso, não podemos deixar de questionar: quem pode narrar os acontecimentos históricos? Quem pode dizer: “isso tem valor histórico”? Quais classes e sujeitos podem se inscrever na historiografia hegemônica?

As historiografias hegemônicas são versões, quando não, ficções, que se impõem por meio da sedimentação de sentido resultante de uma luta de significações, criando sua própria legibilidade, ao passo que é constituída a ininteligibilidade do não-factual. Conforme aludiu Edward Said (2011), embora o imperialismo se configure pelo domínio da terra, esse é legitimado pela narrativa e não poderia ser diferente. Por isso, sustenta o autor, há uma dissociação necessária entre imperialismo e cultura. O domínio sobre o Outro precisa ser narrado, não é garantido apenas pela força física. É preciso que o dominado acredite na superioridade do dominador. Narrar é enfeitar: produzir fascínio. A luta se dá, no mais das vezes, no campo das significações.

Voltando à questão da leitura, na metáfora de Michel de Certeau (2006), o leitor (assim como o historiador) é um caçador que segue os rastros da

narrativa para construção de sua interpretação. A relação entre mundo e literatura é, portanto, construída pelo/no leitor que, ao acosar os sinais presentes na narrativa, pode reconhecer um acontecimento, reconstruindo-o parcial e provisoriamente. Perseguir tais indícios poderá permitir o reconhecimento sequencial e a posterior reconstrução narrativa do acontecimento em sua irrepresentável, porém, indispensável realidade, desde que confrontado com demais indícios encarregados de dar presença ao passado.

Ao tomar a literatura como componente do jornal, embebecida, assim, num tempo e espaço determinado, pretendo contornar ou, pelo menos, minimizar a ilusão referencial por meio da produção circunstancial de um efeito de realidade, de modo a não reatualizar a ilusão de neutralidade. Dessa forma, o discurso literário pode possibilitar, se confrontado com outras fontes e documentos (para constituição de uma série), um acesso privilegiado ao imaginário de uma época, mas nunca o acesso ao passado em si, pois a literatura sempre será o não-acontecido; sua relação com o acontecido é construída no horizonte de significação do intérprete como reconhecimento (*anagnorisis*).

MAS O QUE É ISSO, UM DISPOSITIVO DE LEGIBILIDADE?

A respeito do conceito de dispositivo de legibilidade como operador de leitura de textos literários publicados em jornais, cabe destacar que a utilização pouco refletida do termo dispositivo e, por isso, cada vez mais comum, afeta o seu valor conceitual e operativo. Mesmo na linguagem técnico-filosófica constitui-se como um conceito bastante controverso.

De Heidegger a Agamben, diversos filósofos contemporâneos refletiram sobre o vocábulo ou “equivalentes”. É evidente que tal conceito ganhou destaque a partir da filosofia de Michel Foucault, principalmente a partir da publicação do livro *História da sexualidade: a vontade de saber*, de 1976. Contudo, não foi nessa ocasião que Foucault teria usado a terminologia pela primeira vez. É, em 1975, com *Vigiar e punir*, que o filósofo formula esse como conceito técnico em seu pensamento. *Dispositivo* aparece, ainda, no mesmo ano, no curso *Os anormais*, ministrado por Foucault no *Collège de France*.

Daí em diante, o conceito será usado de maneira assaz por Foucault, que falará em dispositivo disciplinar, carcerário, de poder, de saber, de sexualidade, de aliança, de subjetividade, de verdade, de segurança, estratégico, de relações de poder etc. No primeiro tomo de sua *História da sexualidade*, Foucault (2017) usou o vocábulo mais de 70 vezes e fundamentou aquele que foi seu dispositivo mais estudado: a sexualidade.

Embora pouco prestigiado nos estudos sobre a filosofia de Foucault, a importância desse conceito técnico é imprescindível. Foi Agamben (2005) quem chamou atenção para a centralidade desse conceito em Foucault a partir de 1975. Contudo, o autor italiano destacou que o próprio Foucault nunca ofereceu uma definição precisa de dispositivo. O mais próximo de um conceito é dado pelo filósofo em entrevista, de 1977:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1996, p. 244)

Como podemos notar, tal formulação foucaultiana não nos concede subsídios suficientes para apreender uma análise sobre os diferentes dispositivos que nos cercam; observa-se, ao revés, certa indeterminação terminológica. Como destacado por Agamben, embora Foucault se utilize do termo inúmeras vezes, não apresenta nenhuma outra definição além daquela. Isso levará a diferentes interpretações sobre o conceito, inclusive no que diz respeito à genealogia do termo. Por exemplo, diferentemente de Agamben (2005), para quem o vocábulo deriva do conceito de positividade de Jean Hyppolite (retomado do jovem Hegel: religião positiva), Judith Revel (2005) sugeriu outra derivação: substituiria *episteme*, termo anteriormente utilizado por Foucault, não guardando, conforme a autora, nenhuma relação com o pensamento de outros filósofos.

Fiquemos com a derivação proposta por Agamben, uma vez que é a que melhor poderá auxiliar na demarcação da dimensão de positividade do dispositivo. A religião positiva, em Hegel, seria o conjunto de crenças, ritos e certa atmosfera que, em determinada sociedade e em dado momento histórico, é produzido com efeito de obrigatoriedade e coerção simbólica. É esse o funcionamento político de todo dispositivo: produzir sujeição por uma economia simbólica do poder, sem uso da força.

Alguns teóricos e comentadores da obra foucaultiana buscaram explicitar tal terminologia, a exemplo do italiano Sandro Chignola (2014), do argentino Edgardo Castro (2004) e da francesa Judith Revel (2005). Todavia, tais autores se restringiram apenas a explicar tal conceito dentro dos limites já estabelecidos por Foucault, não apresentando, assim, inovação estratégico-epistemológica.

Agamben (2005) e Gilles Deleuze (1996), buscando precisar melhor o conceito em exame, construíram definições pretensamente mais objetivas, visto

que dissecaram a rede conceitual do dispositivo, oferecendo-a como instrumento teórico-analítico concreto para interpretação de diversos fenômenos. Há, contudo, uma diferença abissal entre a reflexão de Deleuze e a de Agamben: enquanto aquele nos apresenta uma definição difusa de dispositivo, o filósofo italiano restringe o vocábulo a um de seus aspectos.

Para que tal diferença se torne clara ao leitor, “optarei” por construir a interpretação da rede dis-positiva proposta por Deleuze, por considerá-la mais complexa. E em seguida, explicitarei como a reflexão de Agamben acaba se restringindo a um aspecto da disposição deleuziana. Não que isso seja um demérito de Agamben. Ao contrário, sua reflexão condiz com seus postulados filosóficos, distantes, contudo, da filosofia de Foucault, da qual, atrevo-me a dizer, Deleuze encontra-se mais próximo.

Deleuze entendeu que o dispositivo constitui uma complexa rede disciplinar, de controle e de regulamentação da vida. Dessa forma, o termo acaba sendo mais amplo que as noções de poder, saber e subjetividade (respectivamente, os três momentos do pensamento de Foucault: arqueologia, genealogia e subjetivação). Com esse vocábulo técnico-conceitual, Deleuze remendou os fios do projeto foucaultiano, apresentando-nos uma densa rede teórico-epistemológica de análise da *ontologia do presente* (verdade-governamentalidade-sujeito). Por dispositivo, Deleuze compreendeu uma rede, ebulitiva e em movimento, de linhas que se cruzam, cortam, aglomeram, aproximam e afastam.

O autor estabeleceu quatro linhas com primazia nos diferentes dispositivos que nos cercam: 1) linhas de visibilidade; 2) linhas de enunciabilidade; 3) linhas de força; 4) linhas de subjetividade. Conforme Deleuze, desenredar as linhas de um dado dispositivo faz-se essencial na delimitação histórico-epistemológica daquele. Como pretendo delimitar o que seria o dispositivo de legibilidade, não posso me furtar a desenredar, ou pelo menos, tentar desenredar tais linhas.

As primeiras linhas correspondem ao que Foucault chamou, ainda no seu projeto arqueológico, de regime de enunciados e campo de visibilidades. A respeito dessas duas linhas, interessa-nos saber que Deleuze reinterpreto sua própria análise sobre visibilidade e enunciabilidade em Foucault. No texto *O que é o dispositivo?*, publicado em 1989, diferente do curso de 1985 (2017), *Formações históricas*, Deleuze entendeu que tanto a visibilidade quanto a enunciabilidade são linhas que cortam o dispositivo.

Notem que, naquela ocasião, em 1985, Deleuze se detinha à análise da chamada fase arqueológica de Foucault, sobre a qual ainda não tinha desenvolvido a relação com o conceito de dispositivo. Por isso, tanto naquele curso, quanto no livro *Foucault*, de 1986 (2005), Deleuze não tomou a

visibilidade e a enunciabilidade como linhas do dispositivo, mas como conceitos, mais ou menos independentes, oriundos da fase arqueológica foucaultiana.

Tais linhas são entendidas como máquinas de fazer ver e fazer falar. Cada dispositivo tem uma dimensão responsável por formar um regime de luz, distribuindo-a, de modo a propagar o visível e o invisível. A luz produz determinados objetos ao passo que silencia outros: incide sobre uma área, enquanto outras não são iluminadas. Atrelado a esse regime, a linha de enunciabilidade sinaliza o que pode ser dito e interdito, distribuindo variáveis capazes de produzir a origem de uma ciência ou uma literatura em dado momento, definidas, precisamente, através dessas linhas, em função das quais são valoradas estética, científica e politicamente.

É por meio da confluência dessas linhas que os regimes de inteligibilidade se formam, de modo tal a possibilitar a concretização de determinados sentidos, ao passo que impossibilita sentidos outros. É por meio dessas linhas que um acontecimento se torna inteligível. É também por meio delas que lemos (reconhecemos) a “humanidade”, ou melhor, o “peso” de determinadas corporalidades, em detrimento de outras que são jogadas numa zona de ininteligibilidade.

De todo modo, o visível e o dizível de uma época se fundam num campo significativo de exclusões. Ao incidir sobre um ponto, a luz se faz ausente nos demais: um jogo insuperável entre obscuridade e claridade se instaura, antecedendo, ao mesmo tempo em que projeta quaisquer relações de sentidos. A interpretação, em sua banalidade – mescla de sombra e luz – projeta, antecipa e instaura determinados sentidos e não outros. Por mais paradoxal que possa parecer, acentuar a ausência de luz não é mais que outra maneira de legitimar aquilo que é possível ser lido, interpretado, porque inscrito nos limites das condições sócio-históricas de uma época.

Existem, ainda, as linhas de força que vão de um ponto a outro das linhas de enunciabilidade e de visibilidade, reforçando e naturalizando seus regimes específicos de propagação de sentidos. São essas linhas que naturalizam os regimes de inteligibilidade e exclusões, normalizando seus efeitos, universalizando uma particularidade que não precisará mais dizer seu nome, em relação a qual a identidade deverá dizer sua verdade. A aproximação com o conceito de relações de poder de Foucault é iniludível: “É a ‘dimensão do poder’, e o poder é a terceira dimensão do espaço, interior ao dispositivo, variável com os dispositivos. É uma linha composta com o saber, tal como o poder” (DELEUZE, 1996, p. 2).

Por fim, há linhas de subjetividade, também chamadas, pelo autor, de linhas de fuga, fissura ou fratura. Descobertas, tais linhas corresponderiam a uma resposta à crise no pensamento de Foucault, especialmente em relação ao

seu conceito de sujeito que, num primeiro momento, muito em razão das leituras da obra *Vigiar e punir*, é tomado como se lhe fosse inerente à sujeição; acusam-lhe de retirar do sujeito qualquer possibilidade de resistência, de agenciamento.

Como submetido a outro e preso a sua identidade, o sujeito traduziria apenas uma relação de sujeição⁵, de tornar-se súdito, submisso, em consonância com a etimologia da palavra francesa *sujet*. Desse modo, o filósofo confrontaria a imagem racionalista do sujeito como liberdade, aquele que pensa e age, uma vez que, construído nas relações de poder, vê-se capturado pelos dispositivos. Ou seja, constituímos-nos e somos constituídos por tecnologias políticas; o poder se exerce sobre os corpos, que estão presos aos irreduzíveis e insuperáveis regimes de sujeição.

Entretanto, com as linhas de fuga, Foucault teria dado uma resposta a essa crise, alterando, assim, a rede topográfica dos dispositivos, de modo a “[...] encontrar-lhes uma nova orientação possível, para não os deixar encerrar-se simplesmente nas linhas de força intransponíveis que impõem contornos definitivos” (DELEUZE, 1996, p. 3). Por meio de tais linhas, o sujeito poderia agir dentro dos dispositivos, escapando-lhes e impossibilitando uma sujeição total e mecânica. Linhas que produzem outras subjetividades, linhas que demarcam um regime de subjetivação ou, nos dizeres de Paul Veyne (2011), processos de estetização, diferente daquele regime de sujeição cujo intuito seria o de produzir sujeitos dóceis, controláveis, corporalidades mutiladas.

Um dispositivo não é mais do que uma arena de luta, um território de digladição: linhas de sedimentação e linhas de ruptura, poder e resistência entrecruzando um complexo regime de luz e enunciabilidade. A legibilidade se manifesta em uma zona eclíptica: para que um corpo nasça como sujeito, ou tenha seu valor reconhecido, outros precisam ser obliterados, precisam ter sua animalidade narrada. Para que vidas sejam reconhecidas como humanas, outras devem figurar como não-humanas. Por isso, esse conceito é mais amplo que as noções de poder, saber e subjetividade. Com o dispositivo, Foucault tecer as linhas do seu pensamento, costurando-o, numa tentativa de remendar suas reflexões. O sujeito resultaria, então, desse corpo-a-corpo irreduzível com os dispositivos.

Faz-se pontual dizer o porquê, em minha leitura, o conceito de dispositivo de Agamben é restrito. O filósofo italiano considera que a dimensão do poder nos capturou em um estágio tão avançado que é impensável postular uma linha de fuga ou resistência ao dispositivo. Pelo contrário, somos produzidos,

5 Essa é uma leitura possível decorrente de *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 2009).

passivamente, sujeitos, de modo que os dispositivos são apenas linhas de força entrecruzando o campo de enunciabilidade e o regime de visibilidades (em verdade, ele não utiliza tais termos): “Isto significa que a estratégia que devemos adotar no nosso corpo-a-corpo com os dispositivos não pode ser simples, já que se trata de nada menos que liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos para restituí-lo a um possível uso comum” (AGAMBEN, 2005, p. 14).

Agamben postula, como única forma de superar os dispositivos, sua destruição ou desativação, numa radical, nem por isso risível ou inoportuna, postura anárquica. O sujeito, visto como resultado do processo de captura dispositiva, só poderia ser larval, passivo e mecânico. Em última instância, o dispositivo traduziria uma máquina radical de produção de corporalidades mutiladas, sem espaço para movimentarmos-nos, ou com espaços deveras reduzidos, de modo que inexistiria qualquer estetização real. Isso explica por que, em suas análises, é privilegiada a dimensão do poder, em detrimento da resistência, expressando-se, assim, um distanciamento da postura foucaultiana, segundo a qual qualquer relação de poder pressupõe a possibilidade de resistência.

Diferentemente, em Foucault, as relações de força se definem tanto por seu poder de afetar outras forças com as quais se encontram inescapavelmente em relação, como pelo poder de ser afetada por aquelas. A força afetada não deixa de ter uma capacidade de resistir ao que a afeta. Nesse sentido, para funcionarem, os dispositivos, paradoxalmente, precisam ligar-se à liberdade do sujeito para conduzir suas condutas ou, na sua célebre frase: “onde há poder, há resistência”.

Dispositivo de legibilidade é tomado, portanto, como uma arena de luta na qual as subjetividades construídas se movem, resistindo a qualquer tentativa de sujeição total, posto que não se cuida de um processo mecânico de produção de sujeitos larvares, no qual a vida não pode ser outra coisa senão vida vegetativa, paralisada, estaticamente passiva às relações de poder. Se todo dispositivo pressupõe “um sujeito que lhe corresponda, ou lhe seja correlato, ou lhe resista” (PELBART, 2013, p. 60), o sujeito em disputa no dispositivo de legibilidade é o *leitor*.

É nesta paisagem epistemológico-conceitual que deve ser concebido o projeto compreensivo que aqui se quer formular a respeito do dispositivo de legibilidade: em sua complexa rede topográfica, isto é, uma rede multilinear, cujos fios são construídos, desconstruídos e reconstruídos em inescapável movimento que transpassa linha por linha da estrutura dis-positiva.

Pensando no jogo dialógico da leitura, ou seja, no processo de sedimentação de sentidos, será o sujeito, nesse caso o leitor, por meio da linha de subjetividade, que tensionará o dispositivo, fazendo com que se movimente

(rotacione) em relação ao sentido outro, ao futuro do sentido (sentidos do futuro). Aqui, o leitor é tomado como uma função do discurso e não se confunde, necessariamente, com o sujeito empírico. Com Deleuze, suspeitamos não apenas do sentido, mas do sujeito intencional e autoconsciente, visto que sentido e sujeito são produzidos na interpretação, imersos, não podemos esquecer, numa rede multilinear de dispositivos, de modo que a própria interpretação e reconhecimento do que seja realidade é, sem dúvida, um efeito produzido pelas relações de força.

Com Patrick Charaudeau (2006), percebi que a comunidade interpretativa funda suas próprias exigências de legibilidade, produzindo o sujeito-leitor para que possa facilmente apreender determinados sentidos. Conquanto a expressão “dispositivo de legibilidade” apareça, inicialmente, em Charaudeau (2006), quando reflete sobre a imprensa como um desses dispositivos, o autor não constrói efetivamente seu estatuto teórico-conceitual. Em suas poucas linhas, restringe-se a afirmar que tal dispositivo cria e naturaliza a distância entre quem escreve e quem lê, de modo que o escrito funcione como uma tábua interpretativa em si, um traço para o qual se deva retornar para extrair sentidos, rememorar ou recompor a leitura, uma ritualística de sacralização da leitura e do texto. Isso põe em jogo um dos efeitos castradores do dispositivo de legibilidade: a ideia de que todos os sentidos estão no texto, em processo uterino de gestação. Sentidos ali colocados intencionalmente pelo autor. A leitura seria a mera transmissão mecânica dos sentidos que estão no papel para a cabeça do leitor.

Em meu intento de perceber as literaturas de jornal nesse corpo-a-corpo com o dispositivo de legibilidade, retomo aquilo que Stanley Fish (1992) chamou de “comunidade interpretativa”, que poderíamos, sem muito equívoco, equiparar ao estatuto que detém a instituição literária. A apreensão de significados depende da inserção dos interlocutores em um pretense *sistema literário*. A comunidade interpretativa busca direcionar os sentidos que podem ser lidos; omitindo ou silenciando outros. Tal qual descrito por Charaudeau como a construção da distância entre quem escreve e quem lê. Repito: ainda que intencional, esse funcionamento não pode ser visto meramente como subjetivo.

Se Fish (1992) postula que o leitor não é livre e autônomo, visto que esse é produzido pela comunidade interpretativa, devemos suspeitar da evidente estética universal da literatura, problematizando suas condições de produção, sua formação ideológica. Em outras palavras, devemos atentar-nos ao dispositivo de legibilidade. Pensar em sentidos previamente dados e inalteráveis seria desconsiderar a opacidade da língua, do real e as condições sócio-históricas de produção dos sentidos, da própria leitura e, não esqueçamos, do

sujeito. Seria, ainda hoje, sustentar a teoria da pré-formação, aquela do homúnculo no espermatozoide. Foi Aristóteles quem viu tanto o absurdo do preformismo, propondo a teoria da epigênese, quanto à inadequação do textualismo, propondo sua premissa do reconhecimento, segundo o que “a representação de ações humanas provoca um efeito sobre o público. Esse efeito, a catarse, tem características próprias, facultando ao ser humano experimentar emoções intensas, ao mesmo tempo expurgando-as e purificando-se” (ZILBERMANN, 2008, p. 85).

Isso equivaleria a assumir que há um controle do dizer: as interpretações bem como suas condições de produção são social e convencionalmente construídas. Considero, dessa forma, o discurso literário como um objeto paradoxal e heterogêneo, de modo que a apreensão de sentidos, na leitura, resultará sempre de uma relação transversal, admitindo, com isso, a imprevisibilidade da história numa perspectiva acontecimental.

Embora haja um direcionamento da leitura, os sentidos sempre podem ser outros (mas não quaisquer um). Reconhecer tal previsibilidade não é, contudo, aceitar uma determinação mecânica do sujeito leitor. Pelo contrário, implica colocar-se numa tentativa de contornar o sentido determinado/regulado, o que, em se tratando do processo de produção de uma leitura de textos publicados num suporte material popular, permite questionar a autoridade da crítica especializada.

Se o leitor se move por meio das linhas de fuga, ao passo que pode mover o dispositivo, a crítica hegemônica, no mais das vezes, busca engessar a leitura por meio da sedimentação de um sentido segundo as condições sócio-históricas hegemonicamente determinadas (linhas de força), ainda que apagando essas mesmas condições. Desse modo, os sentidos não estão dados no texto, em sua objetabilidade, mas se (re)constroem na dialética entre leitor virtual e leitor real (ORLANDI, 1996), movimento cuja *temível materialidade* (FOUCAULT, 2014) uma leitura canônica teria a pretensão de dissimular. A interação do leitor não é propriamente com o texto, mas com outro sujeito que é o leitor virtual. Observa-se que não se compreende o problema da legibilidade na cisão sujeito-objeto, mas sim, na relação sujeito-sujeito mediada e sustentada pelas estruturas linguísticas.

A assimilação ingênua desse processo legitima a existência de uma leitura mais adequada – o que o texto diz? O que o autor quis dizer? Nesse processo, a figura do crítico assume importante relevo. Herdeiros da hermenêutica bíblica, os críticos literários visam a “iluminar” as obscuras palavras que escondem tesouros de sentidos, dizendo o sentido que estaria escondido silenciosamente no texto.

Para Foucault (2014), o comentário conjura o acaso e o acontecimento do discurso, anulando, com isso, a potência de se dizer o novo, de revolucionar a matriz interpretativa, de ir além do sentido hegemonicamente determinado, de falar outra língua. Conquanto diga algo para além do texto (o comentário permite construir novos discursos), o comentário funda seu dizer no texto primeiro, de modo a realizá-lo. Assim, a função do comentário é a de manter o autor vivo, enquanto presença, ainda que desloque sua existência para a obra – afinal, sempre nos perguntamos: obra de quem? Aqui age o dispositivo de legibilidade, numa tentativa de castrar o acaso da/na leitura. Da leitura do crítico pode surgir o novo com roupagem nova, sem que precise minar o acontecimento e o acaso – sempre na dimensão de imprevisibilidade. O comentário pode, assim, ser utilizado como forma de oxigenar outras leituras desde que o crítico se reconheça como apenas um dentre inúmeros leitores.

Ao falar do leitor como *lócus* irradiador de sentido, refiro-me a minha condição de leitor que tem tanto nas colunas literárias dos jornais seu objeto de estudo, como na crítica foucaultiana (1987) e barthesiana (1984) ao autor como entidade detentora de sentido, bem como nas leituras mais recentes de Agamben (2007), que tomam o autor como gesto, e na genealogia da autoria proposta por Chartier (2012). Por meio dessa posição, minha leitura sai do horizonte biográfico da autoria e da excessiva preocupação com o texto em si, bem como com o autor em si, tomando-os como uma das materialidades para a significação. Isso implica a passagem da posição de autor, cuja pretensa unidade dá ao texto seus limites interpretativos, para a posição de sujeito, marcada pela dispersão constitutiva.

Lugar vazio na leitura, o autor indicia que é ela que põe o indivíduo em jogo no texto, de forma que o leitor resulta de um corpo-a-corpo com os dispositivos, exibindo, em gesto, sua irreduzibilidade à captura pelo dispositivo de legibilidade. Não estando morto, o autor se expressa por sinais de ausência, ocupa o lugar do defunto. Essa singular ausência se presentifica no texto por meio do gesto, movimento que tem em si mesmo o seu fim. Aqui nos deparamos com mais uma das características da literatura de jornal.

Ao tomarmos esses textos como partes do jornal, constatamos a reduzida importância da autoria, que se desfaz nas políticas editoriais. Os jornais, no mais das vezes, não estão preocupados com a construção de um projeto de autoria. Os leitores também não compram os periódicos tão somente porque há um texto literário assinado por determinado autor. Ainda que autores conhecidos tenham textos publicados em várias colunas literárias, constata-se a presença significativa de nomes totalmente desconhecidos, dos quais nem sequer sabemos a profissão. Nomes que não dizem nada, expressando uma impossibilidade de identificação. A literatura de jornal borra o “nome do pai”.

Suja o significante “autor”, pois o aproxima dos igualmente desconhecidos leitores.

O lugar da autoria se instala como um vazio sublime que significa ao silenciar: vazio ilegível que possibilita/potencializa a leitura, visto que promove a identificação desidentificada entre leitor e autor, ambos sem nome. O encontro invisível de um ninguém com outro ninguém.

Penso no texto “Do outro lado da porta”, publicado na edição nº 2, de 25 de junho de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*. Texto assinado por M. Rocha. Assinatura quase que anônima. Do autor ou autora nada sabemos. Há apenas a marca, *signatura rerum*.

Marca que se convola em silêncio e lança-nos na autoria como gesto. Não é que a assinatura não exista, ela funciona como contra-assinatura. Funciona pela ausência, ainda que se faça presença. M. Rocha não é um nome, mas um gesto. Não é uma escrita anônima, visto que pressupor o anonimato seria confundir a função autor com o nome próprio. Ou melhor, o autor como gesto mostra que toda escrita é, em alguma medida, escrita *sob anonimato*. Às vezes, na maioria das vezes, o pseudônimo se identifica ao nome próprio e isso provoca a ilusão da autoria como corpo vivo.

Todo autor é um pseudônimo... A autoria como gesto revela a impossibilidade da negligência do corpo defunto. Já não podemos fingir que o autor é um corpo vivo. M. Rocha é um ninguém. É um autor. É um gesto. Seu texto não é apenas lido, mas vivido por outros ninguém, outros tantos Rochas, Silvas e Santos. O gesto autoral e de leitura como o elogio da inexpressão.

Leitor e autor, ambos inexpressos, são postos em jogo no dispositivo de legibilidade, de modo que suas opacas e distorcidas luzes possibilitam a interpretação. Conseqüentemente, o texto expressa-se como saída para qualquer interpretação e não mais como chave exclusiva para sua própria análise. Afinal, quem ousaria manchar o nome de crítico analisando textos publicados em jornais de autores-ninguém, lidos igualmente por aqueles ninguém dos quais nos fala Galeano (2002)? Esse deslocamento potencializa a dessacralização da interpretação; aqui, não mais visualizada como uma “questão de tudo ou nada”, mas como “[...] uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade” (ORLANDI, 2006, p. 9).

Não podemos esquecer, contudo, em que pese a assinalada multiplicidade de sentidos, que a leitura é produzida a partir de suas condições sócio-históricas. Chartier (2012) já sinalizou que lemos de acordo com as categorias responsáveis por construir significados em nossa época. Se, conforme Deleuze (2017), para Foucault, cada formação histórica tenta instanciar aquilo que podemos ver e dizer, igualmente, podemos supor que cada

época fundará, por meios dos seus mecanismos de controle do discurso, o que pode ser lido naquele contexto sócio-histórico, isto é, sua legibilidade, de maneira que a leitura não escapará à dinâmica dis-positiva, essa arena de luta de sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi debatido, cabe destacar que o dispositivo de legibilidade inunda a imprevisibilidade da história, produzindo efeito de previsibilidade e transparência: uma contemplação ou um gozo fugaz do mundo, penetrado por uma ilusória e transparente realidade. Sedimentados, os sentidos mascaram a imprevisibilidade, o acaso, o novo: no fim das contas, existe uma aparente submissão à ordem estabelecida. Nossa relação com o mundo é construída pela leitura. Lemos o mundo e por isso o habitamos e somos habitados por ele. Só que não somos anteriores ao mundo, existimos com ele.

Nesse processo, criam-se zonas de legibilidade e inteligibilidade que legitimam determinados eventos, acontecimentos. Por meio desse corte mutilatório, um território específico é produzido como natural, normal, digno. A esse território são violentamente aplicados os princípios de racionalidade, universalidade, adequação, não-contradição, coerência. Uma particularidade que é artificialmente construída como universal, tábua rasa de julgamento de tudo aquilo que escapa: corporalidades, sentidos, confluências, hibridez, contradição.

Nem tudo é discurso, nem mesmo os pós-estruturalistas franceses (céticos e não relativistas) afirmaram isso. Se o relativista afirma uma multiplicidade de verdades, todas igualmente válidas, o cético desconfia daquilo que é construído como verdade, direcionando sua dúvida para o processo de verificação, para a história da verdade. Diante do irrepresentável real, evasivo aos sentidos, as relações hegemônicas de poder constroem uma realidade pretensamente una, porque simbólico-imaginária; construção, evidentemente, fantasística que desde já se impõe e se coloca em funcionamento. Realidade que amputa a vida – aqui tomada como *bios*, longe, portanto, de qualquer vitalismo pré-discursivo ou político – e projeta-se como transparência inquestionável porque supostamente visível e factível. Segundo Jacques Le Goff (1990), aquilo que consideramos realidade não passa de um efeito do imaginário. Dessa homogênea realidade, emerge, persistindo, um real imprevisível, em fuga, nunca assimilado pelo princípio de realidade, mas seu constitutivo inseparável, expressando: “só o banal faz acontecer” (MAFFESOLI, 2003, p. 60).

Essa realidade transparente, podemos chamá-la também de hiper-realidade, conforme Warat (1988), constitui-se como efeito do dispositivo de legibilidade cujo objetivo é aguçar a ilusão de um real naturalizado, preexistente, fixo e dado, que tenta banir as metáforas, o fantástico e as utopias interiores. Dispositivo que nos faz equivocadamente supor que somos nós que lemos o mundo, quando isso, em verdade, é apenas mais um de seus efeitos castradores.

Tal dispositivo fetichiza o real, homogeneizando-o para negar qualquer indício de pluralidade. Ao avivar a hiper-realidade castradora, sempre fechada sobre si mesma, o dispositivo de legibilidade mutila a vida, produzindo, assim, no imaginário, a naturalização de determinados sentidos, e não outros, porque expressos numa realidade supostamente dada, mecanicamente apreendida por um sujeito autônomo. Como bem demonstrou Foucault, o sujeito do conhecimento, esse que se coloca como anterior ao mundo e do qual apreende sua verdade num fluxo quase que magnético (mundo-conhecimento-sujeito), é produzido nas relações saber-poder. De tal modo que só podemos sustentar que o conhecimento tem um caráter inventivo, inexistindo dados prévios: “O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objecto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objectivação, de subjectivação imanentes a dado dispositivo” (DELEUZE, 1996, p. 3).

Herdeira tanto da hermenêutica bíblica como da teoria da pré-formação, a crítica literária canônica goza com o dispositivo de legibilidade, reatualizando seu funcionamento excludente. Ainda que haja sentidos mínimos no texto, sua pretensa apreensão malogra-se na historicidade da leitura – lemos hoje de forma diferente do que se lia ontem e, por certo, de como se lerá amanhã. Reconheço, ainda, que uma leitura desviante da homogeneidade só é possível quando as condições de leitura/interpretação se deslocam, ainda que minimamente, por meio de um abalo promovido pelas linhas de fuga, pelas subjetividades.

Ler é, além de saber que os sentidos podem ser outros, saber que os sentidos são outros, mas não quaisquer sentidos. Ainda que se tentem sedimentá-los, o controle do processo de significação é frustrado. Como lembrou Marx: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (2015, p. 27).

Portanto, tomar partido pela leitura, supondo sua historicidade e dinâmica intersubjetiva, implica abalar o mundo empírico como diretamente apreensível, assim como o falacioso psicologismo intencional do autor-gênio. Implica ainda supor o leitor como um sujeito dividido, disperso e afetado pela

história. É assim que podemos conceber as condições de produção de uma leitura desviante da homogeneidade, capazes de instanciar sentidos outros.

Como relação dinâmica, as literaturas de jornais se convolam como efeito da leitura, a qual fissura, abre as pregas do dispositivo de legibilidade, desestabilizando a matriz de sedimentação de sentidos, de modo a possibilitar resistências, significações outras. Tal relação pode romper com o processo de fetichização do real e de sua absorção pelo sistema como hiper-realidade. Contudo, não podemos perder de vista que também podem, paradoxalmente, reforçar e intensificar esse mesmo dispositivo.

Entendo, dessa forma, que as literaturas de jornais tomadas não como um *a priori*, mas como resultante do jogo dialógico entre leitor virtual e real, podem se constituir como território de resistências, “heterotópico”, diria Foucault (2013), por serem um desses locais reais, efetivos de contestação mítica, simbólica e imaginária do tempo e espaço em que vivemos. Temerosa, parcela da intelectualidade acadêmica reage, definindo “[...] a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...] os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso” (FOUCAULT, 2014, p. 37), isolando-se naquilo que o próprio Foucault denominou “sociedades de discursos”, visando a controlar os espaços de circulação e distribuição.

Tais literaturas, tomadas como resultantes do jogo dialógico de leitura, potencializaram a profanação do “estritamente literário”, lido como espaço do sublime, espaço que por si só reclamaria e mereceria um “adequado suporte material”: o livro, necessário à consagração do projeto humanista de autor moderno. Se qualquer um pode, além de publicar, ser lido, a matriz produtiva da autoria é abalada, afinal autor seria apenas aquele que publica livros, sendo efetivamente lido, conforme Chartier (1997). De modo tal que a articulação discursiva entre literatura e jornal assume, assim, a previsão barthesiana: a morte do autor, ou seu recalque, assinala o nascimento do leitor não especializado, do leitor que lê enquanto espera numa fila, que estará em relação com dois corpos-defuntos, ausências que teimam em significar: o autor e a crítica. Daí decorre sua potência subversiva.

REFERÊNCIAS

AFONSO-ROCHA, Ricardo. *Bichas também sangram: deimopolítica e direito de resistência na literatura “homossexual” do jornal Lâmpião da Esquina*. Dissertação – (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2020a.

AFONSO-ROCHA, Rick. Literatura de jornal: nos entremeios do dispositivo de legibilidade. *Scripta Uniandrade*, v. 19, n. 1 (2021), p. 332-357.
Curitiba, Paraná, Brasil
Data de edição: 07 ago. 2021.

AFONSO-ROCHA, Ricardo. Um lampião ilumina as esquinas da literatura. *Itinerários: Revista de Literatura*, n. 50, p. 57-82, 2020b.

AFONSO-ROCHA, Ricardo; MITIDIÉRI, André Luis. Bichas inauguram a utopia: resistência homoerótica na literatura lampiônica. *Ráido*, v. 13, n. 32, p. 47-72, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. O autor como gesto. In: AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, p. 55-63, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Tradução de Nilcéia Valdati. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O Rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, p. 57-64, 1984.

CASTRO, Edgardo. *El vocabulario de Michel Foucault*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I – Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. Crítica textual e história cultural: o texto e a voz, séculos XVI-XVII. In: *Leitura: teoria e prática*. Campinas: ALB; Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p. 67-75.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

CHARTIER, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo. *Cadernos IHU ideias*. São Leopoldo, 2014.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault: as formações históricas*. 2017.

AFONSO-ROCHA, Rick. Literatura de jornal: nos entremeios do dispositivo de legibilidade. *Scripta Uniandrade*, v. 19, n. 1 (2021), p. 332-357.
Curitiba, Paraná, Brasil
Data de edição: 07 ago. 2021.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, Gilles. *O mistério de Ariana: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze*. 1996.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FISH, Stanley. Is there a text in this class? *ALFA: Revista de Linguística*, 36, p. 189-206, 1992.

FOUCAULT, Michel. ¿Qué es un autor? *Revista de la Universidad Nacional (1944-1992)*, v. 2, n. 11, p. 4-19, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1996.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GALEANO, Eduardo. Os ninguéns. In: GALEANO, Eduardo. *O livro dos Abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAFFESOLI, Michel. *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Zouk, 2003.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOTT, Luiz. Apresentação. In: AUGUSTO, Paulo. *Falo*. Natal: [s.n.] 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PELBART, Peter Pál. Foucault versus Agamben? *ECOPOLÍTICA*, n. 5, 2013.

AFONSO-ROCHA, Rick. Literatura de jornal: nos entremeios do dispositivo de legibilidade. *Scripta Uniandrade*, v. 19, n. 1 (2021), p. 332-357.
Curitiba, Paraná, Brasil
Data de edição: 07 ago. 2021.

PINHO, Adeitalo Manoel. *Uma história da literatura de jornal: o imparcial da Bahia*. 2008. 1093 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. [S.L.]: Claraluz, 2005.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottiman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WARAT, Luís. *Manifesto do surrealismo jurídico*. Santa Catarina: Acadêmica, 1988.

ZILBERMAN, Regina. Recepção e leitura no horizonte da literatura. *Alea: estudos neolatinos*, v. 10, n. 1, p. 85-97, 2008.

RICK AFONSO-ROCHA é advogado, doutorando e mestre em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Ilhéus, Brasil). Bolsista de demanda social FAPESB. Estuda a ditadura cis-hétero-militar brasileira, literaturas LGBTQ+ e as políticas sexuais e de gênero no bolsonarismo pelo prisma da deimopolítica. Membro do Grupo de Pesquisa “O espaço biográfico no horizonte da literatura homoerótica” (GPBIOH). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FABESB). Integra o Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais da UFRPE (NuQueer) e o Grupo de Pesquisa Estudos Literários Contemporâneos: Fontes da Literatura de Jornal da UEFS. Colabora com o Grupo de Estudos Discursivos em Arte e Design (NEDAD/UFPR), com o Grupo de Estudos Discursivos da UESC (GED) e com o blog Resista! Observatório de Resistências Plurais.